

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

NATHÁLIA MARTINS BERNARDO

**ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CULTURAL AMBIENTAL (OCA) COMO
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA
GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE OURO
PRETO**

MARIANA

2023

NATHÁLIA MARTINS BERNARDO

**ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CULTURAL AMBIENTAL (OCA) COMO
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA
GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE OURO
PRETO**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

MARIANA

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B523a Bernardo, Nathalia Martins.

Atuação da Organização Cultural Ambiental (OCA) como política de assistência social e os desafios encontrados na garantia dos direitos das crianças e adolescentes de Ouro Preto. [manuscrito] / Nathalia Martins Bernardo. - 2023.
53 f.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência a menores - Ouro Preto (MG). 2. Assistência social - Organização - Ouro Preto (MG). 3. Cultura - Ouro Preto (MG). 4. Direitos das crianças - Ouro Preto (MG). 5. Direitos dos adolescentes - Ouro Preto (MG). 6. Organizações não-governamentais - Ouro Preto (MG). I. Mayer, André. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nathália Martins Bernardo

A atuação da OCA como política de assistência e os desafios na garantia dos direitos das crianças e adolescentes de Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 21 de março de 2023

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/03/2023, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0499967** e o código CRC **1745D18D**.

Dedico
Às crianças e adolescentes
que cotidianamente sofrem violações de direitos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que se fez presente nos momentos difíceis e por me dar forças pra seguir por este processo árduo me sustentando até aqui.

Ao meu namorado Matheus pela paciência, empatia, amor, cumplicidade, incentivo e pelo apoio dado durante todos esses anos.

Agradeço a minha família pelos direcionamentos, em especial a minha prima Amanda que me auxiliou no início da graduação dando apoio e incentivo e aos meus pais por sempre acreditarem em mim.

Agradeço as amigas que se fizeram presentes em toda graduação, ajudando, incentivando, dando conselhos, compreendendo a minha ausência em alguns momentos, em especial Lorena e as minhas companheiras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ana Luiza e Renata. Obrigada pelo apoio de sempre, por deixar tudo mais leve e me proporcionar momentos alegres de muitas risadas.

Agradeço aqui a minha supervisora de estágio Atylana Fernandes a qual lembrarei sempre com carinho, por toda paciência, dedicação e por toda contribuição em minha primeira experiência prática.

Ao meu orientador, prof. Dr. André Mayer, que foi fundamental para que esse estudo fosse realizado. Agradeço por toda atenção, paciência, competência, auxílio e por tamanha sensibilidade em me orientar nesse tema.

Por fim, agradeço a UFOP em especial ao departamento de Serviço Social por me proporcionar anos de aprendizado e a todos professores que contribuíram para a minha formação profissional.

Em suma, a cidadania pré-constituída não é, e não tem condições de ser, uma panacéia diante dos “males” da sociedade humana. Ela é constitutiva do mundo moderno e foi objetivada de uma forma contraditória por muitos conflitos, negociações e pactos entre atores. Portanto, sua transcendência (com a conservação de suas conquistas efetivamente civilizadoras e democráticas, mas com sua superação e elevação a um patamar superior da vida social) é também histórica e está em disputa. Cabe às forças sociais dos homens decidirem seus destinos.

Haroldo Abreu

RESUMO

Na contemporaneidade, a atuação das organizações “sem fins lucrativos” na gestão das políticas públicas no Brasil se dá a partir dos anos 1990 com a emergência de uma “nova” relação entre Estado e sociedade, como parte da reestruturação do capital à sombra do projeto neoliberal. Dessa forma, é estabelecido um modelo de gestão que favorece o mercado e minimiza as ações do Estado, onde as políticas públicas passam a ser terceirizadas anulando os direitos legalmente conquistados até então. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) no Brasil, atuam em diversas áreas auxiliando a gestão pública com intuito de minimizar os problemas sociais existentes no país colaborando com o desenvolvimento da cidadania, expansão da democracia e nas práticas de políticas compensatórias. Posto isso, foi realizado um estudo sobre uma ONG que atua na promoção dos direitos de crianças e adolescentes através de atividades culturais no município de Ouro Preto – MG, a Organização Cultural Ambiental (OCA). O objetivo desse estudo é identificar o conjunto de ações desenvolvidas pela OCA, destacar a estrutura organizacional e institucional, podendo analisar de que forma o projeto contribui para a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes em Ouro Preto-MG e quais são os desafios encontrados durante a execução do projeto. A partir desse estudo, foi possível visualizarmos que a OCA colabora com a gestão pública da cidade de Ouro Preto proporcionando importantes contribuições à comunidade do município, promovendo acesso a políticas públicas, orientando a população sobre seus direitos e deveres, atuando também na promoção do bem estar social. Em contrapartida, foi evidenciado que a falta de recursos financeiros e parcerias com órgãos públicos e outros órgãos da sociedade civil, em especial com a gestão municipal da cidade de Ouro Preto, dificulta o alcance do objetivo institucional e a execução de ações planejadas pela OCA.

Palavras Chave: Organizações Não-Governamentais (ONG), OCA – Organização Cultural Ambiental, Cultura, Crianças e Adolescentes, Serviço Social, Estado.

ABSTRACT

In contemporary time, the role of "non-profit" organizations in the management of public policies in Brazil began in the 1990s from the emergence of a "new" relationship between the State and society as part of the restructuring of capital in the shadow of the neoliberal project. In this way, a management model is established that favors the market and minimizes the actions of the State, where public policies are outsourced, annulling the rights legally conquered until then. Non-governmental organizations in Brazil work in several areas, helping public management in order to minimize the social problems that exist in the country, collaborating with the development of citizenship, expansion of democracy and practices of compensatory policies. That said, a study was carried out on an NGO that works to promote the rights of children and adolescents through cultural activities in the municipality of Ouro Preto - MG, the OCA - Environmental Cultural Organization. The objective of this study is to identify the set of actions developed by OCA, highlight the organizational and institutional structure, being able to analyze how the project contributes to guaranteeing the rights of children and adolescents in Ouro Preto-MG and what are the challenges encountered during the project execution. From this study, it was possible to visualize that OCA collaborates with the public management of the city of Ouro Preto, providing important contributions to the community of the municipality, promoting access to public policies, guiding the population about their rights and duties, also acting in the promotion of social welfare. On the other hand, it was shown that the lack of financial resources and partnerships with public bodies and other civil society bodies, especially with the municipal management of the city of Ouro Preto, makes it difficult to reach the institutional objective and the execution of actions planned by OCA.

Keywords: Non-Governmental Organizations (NGO), OCA – Environmental Cultural Organization, Culture, Children and Adolescents, Social Service, State.

LISTA DE SIGLAS

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNSS – Conselho Nacional do Serviço Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DNCR – Departamento Nacional da Criança

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

IAPS – Instituto de Aposentadorias e Pensões

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

OCA – Organização Cultural Ambiental

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

UAI – Unidade de Acolhimento Institucional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPITALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS	13
1.1 O movimento do capital na cena contemporânea	13
1.2 Políticas sociais para crianças e adolescentes no Brasil	19
2. O TERCEIRO SETOR E A OCA	30
2.1 Capitalismo e Terceiro Setor	30
2.2 OCA: Desafios e Fragilidades	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O impacto do neoliberalismo nos anos 1990 sobre a assistência social ocasionou a ampliação dos espaços sócio ocupacionais para a profissão em virtude das regulamentações das leis orgânicas vinculadas às políticas sociais, tais como assistência social, saúde, previdência entre outras, as quais estão previstas na Constituição Federal Brasileira de 1988. Nesse contexto houve a ampliação de um novo campo de atuação da profissão, o chamado terceiro setor.

Como afirma Joé Paulo Neto (2001, p.147), essa

“[...] materialização do Serviço Social em novos espaços ocupacionais traz consequências positivas com ampliação do mercado de trabalho, mas contraditoriamente apresenta implicações negativas para a classe trabalhadora, dentre as quais, a refilantropização social (ONGs, Fundações Sociais entre outros); a perda de direitos sociais e trabalhistas; o desemprego; a flexibilização das relações de trabalho, mediante terceirização e outra forma de contratação, despolitização da classe trabalhadora; a coerção social; a exclusão social”.

Partindo desse pressuposto, é evidente que os assistentes sociais na conjuntura neoliberal, são desafiados a trabalhar com variadas demandas que favorecem a fragmentação da articulação entre as dimensões teórica-metodológica, ético-político e técnico-operativa que contribuem o exercício profissional.

A partir dessas dificuldades, e de como essas questões podem refletir na formação e no exercício profissional, este estudo evidencia os desafios enfrentados pelo assistente social no terceiro setor tomando como referência as atividades desenvolvidas na Organização Cultural Ambiental (OCA), que tem como foco principal o fortalecimento de vínculos e garantir que o público atendido tenha seus direitos efetivados.

A Organização Cultural Ambiental (OCA), é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sendo assim, uma instituição do terceiro setor. A instituição promove atividades culturais para o público específico de crianças e adolescentes de 08 a 16 anos das comunidades ouropretanas. Dentre as atividades oferecidas, destaca-se o projeto Clic@ Cidade Circo Art(E)ducação que utiliza a comicidade artesanial, prática malabares, fotografia/audiovisual aliadas à oficina “Ginga Circense” (arte circense integradas aos fundamentos da capoeira angola e maracatu) enquanto valorização da identidade afro-brasileira.

Este projeto tem previsão para ocorrer em IV ciclos e tem como finalidade atuar como um instrumento de comunicação capaz de contribuir com a construção crítica e criativa no processo de aprendizado das crianças e adolescentes atendidas, além de privilegiar a formação cultural, a consciência de cidadania e a relação com esses grupos que estão inseridos.

A partir do estágio em Serviço Social pude acompanhar as atividades oferecidas pela OCA e ficou evidente o papel importante que a instituição tem perante a sociedade, contribuindo através das atividades culturais oferecidas, no enfrentamento das exclusões territoriais e sociais sofridas por sujeitos em situação de vulnerabilidade. Todavia, há dificuldades para a efetivação do projeto visto que recebe pouco apoio do Estado que, por outro lado, direciona várias demandas sociais para a instituição.

Inicialmente, as atividades oferecidas pela OCA ocorreram de forma remota devido à pandemia COVID-19, porém não obtiveram adesão pois muitas famílias não tinham acesso à internet, dificultando o acesso às atividades propostas e permanência no projeto; outro fator importante deste período é que as atividades remotas impediram um contato efetivo com os alunos, o que interfere na avaliação individual e identificação de alguma situação que possam estar enfrentando.

O atendimento individual com as famílias durante a pandemia foi realizado através de contato telefônico onde foi possível constatar durante as conversas uma maior tranquilidade ao relatar alguma situação específica que esteja ocorrendo no ambiente familiar o que, por muitas vezes, não é informado durante o atendimento presencial por medo, vergonha e outros empecilhos.

Com o avanço da vacinação contra a COVID-19, foi possível iniciar as atividades de forma presencial o que possibilitou uma melhor compreensão da realidade familiar e comunitária do público atendido, podendo, a partir de então, buscar ações articuladas junto ao sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente de Ouro Preto.

A partir do ciclo II e III a OCA iniciou uma parceria com os CRAS da cidade de Ouro Preto nos bairros Alto da Cruz e São Cristóvão e nos distritos de Antônio Pereira, Cachoeira do Campo e Santa Rita de Ouro Preto oferecendo oficinas de técnicas circenses trabalhando com modalidades de acrobacias de solo, equilíbrio,

malabarismo e perna de pau. O objetivo dessa parceria é mobilizar o público alvo que possuem registro nos CRAS a participarem das atividades oferecidas pela OCA e trabalhar de forma conjunta com os equipamentos a fim de identificar as demandas sociais de cada região, núcleo familiar e atuar com conjunto com os equipamentos buscando garantir o direito das crianças e adolescentes.

Durante todo processo de estágio e no acompanhamento das atividades, foi possível perceber a relevância de uma instituição do terceiro setor em oferecer a crianças e adolescentes o acesso às atividades culturais pois contribui na construção crítica e criativa desses sujeitos além de desenvolver sua capacidade de relacionar-se com o próximo, é importante ressaltar que muitos dos alunos que passavam a maior parte do dia nas ruas, hoje passam esse tempo adquirindo conhecimento na instituição.

Vale destacar que a OCA encontra muitos desafios para a execução do projeto tanto pela falta de espaço para executar as atividades, falta de comunicação entre os setores, quanto na captação de recursos e pouco apoio do poder público que em contrapartida envia muitas demandas sociais à instituição o que dificulta a atuação da assistente social por estar sempre sobrecarregada.

Posto isso, levando em consideração a formação acadêmica e a partir do acompanhamento das atividades oferecidas pela OCA, esse estudo tem como propósito destacar a importância de atividades culturais para sujeitos em situação de vulnerabilidade social, e evidencia os desafios encontrados pelo profissional para efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, trazendo como base as atividades oferecidas pela OCA e os desafios e fragilidades que a instituição e os assistentes sociais enfrentam ao longo desse processo.

O presente trabalho monográfico está composto por dois capítulos: No primeiro capítulo, são apresentados uma contextualização do capitalismo contemporâneo e as políticas sociais voltadas às crianças e adolescentes no Brasil.

No segundo capítulo, foi apresentado um estudo sobre o capitalismo e o terceiro setor trazendo as várias problemáticas envolvendo as questões infanto-juvenis que são caracterizadas como “problemas” que afetam o funcionamento do sistema societário. Não obstante, foi realizado um estudo direcionado à funcionalidade da OCA em que, a partir do acesso à documentação da instituição, conversas com a

assistente social Atylana e o acompanhamento das atividades, foi possível relatar as características da instituição, os projetos oferecidos, bem como a compreensão do trabalho do assistente social em instituições de terceiro setor e como ele pode contribuir na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes

O presente estudo desenvolve-se através de uma pesquisa bibliográfica descritiva de extrema relevância pois promove um debate sobre o trabalho dos assistentes sociais em instituições do terceiro setor, os desafios enfrentados para a garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade e, em especial, um estudo sobre a OCA e como o acesso às atividades oferecidas no projeto oferecido pela instituição contribui na formação moral e intelectual dos indivíduos assim como contribui no enfrentamento da exclusão social e territorial sofridas por crianças e adolescentes negros ouropretanos.

1. CAPITALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

1.1- O MOVIMENTO DO CAPITAL NA CENA CONTEMPORÂNEA

O capitalismo é um sistema econômico e social que configura o modo de produção de riquezas na maioria dos países do mundo, garantindo o lucro, acumulação e a circulação do capital através da exploração do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. Assim como o capitalismo é o que orienta o caminho econômico de uma sociedade, ele acaba afetando a própria organização social, cultura e a relação dos seres humanos com o meio ambiente.

Apesar de o capitalismo se manifestar em diferentes formas ao longo do tempo e de acordo com cada sociedade, algumas de suas características e impactos costumam ser comuns. Na questão econômica, o trabalho, lucro, acumulação e circulação do capital são fundamentais para produção de riquezas. Já no ponto social, o capitalismo também se estruturou através da divisão da sociedade em classes, o grupo que se encontra no topo dessa sociedade é a burguesia que é a detentora dos meios de produção responsáveis pela geração de empregos, geração de mão de obra e costuma arrecadar a maior parte dos lucros gerados pela produção.

Por outro lado, outro grupo que se configurou com o capitalismo foi o proletariado, ou seja, aquele que vende à burguesia a sua força de trabalho em troca de um salário, sendo esse, um ganho que não corresponde a maior parte dos lucros gerados.

Para compreender o desenvolvimento da humanidade e de seus modos de sobrevivência é importante evidenciar como as transformações ao longo da história atingem diretamente o mundo do trabalho e, é uma imposição que viabiliza a existência dos homens e os seus modos de vida em qualquer forma social além de funcionar como um alicerce das atividades econômicas.

É por meio do trabalho que os homens extraem da natureza os recursos necessários para a criação de objetos úteis para atender as necessidades humanas e está interligado à constituição do ser social desenvolvendo um papel de grande relevância desde as ações transformadoras sobre a natureza até o processo de (auto)transformação do próprio homem.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza, como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2011, p. 211).

Na origem do processo de acumulação capitalista, a divisão social do trabalho tal como a evolução da propriedade capitalista, aparecem enquanto consequência histórica da expropriação e domínio dos trabalhadores do campo, cumprindo função para a formação do mercado de trabalho capitalista.

[..] porque meios de produção se desgastam e precisam ser substituídos e/ou repostos e matérias da produção são nela consumidas. Eis por que a produção, para que seja garantida a sua continuidade, exige que se assegurem as condições que a viabilizam; assim, ela traz consigo as bases para a sua sequência. (NETTO & BRAZ, 2008, p. 137).

A acumulação do capital se dá através da extração da força de trabalho na esfera da produção; compreende-se como a mais-valia absoluta o aumento do tempo ou a intensificação do trabalho sem mudanças no salário do trabalhador, e em contrapartida a mais-valia relativa implica na redução do valor pago pela força de trabalho diminuindo os bens consumidos pelo trabalhador por meio da redução

do trabalho, que é socialmente necessário para produzir esses bens de consumo (MARX, 2011).

Netto e Braz explicam essa afirmação quando dizem que,

[...] quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação[...], o capitalista pode aumentar a taxa de exploração prolongando a jornada de trabalho, intensificando o ritmo e as cadências, introduzindo inovações, pressionando os salários para abaixo do valor da força de trabalho etc (NETTO & BRAZ, 2008, p. 140).

Se de um lado há os donos dos meios de produção, de outro têm aqueles que para sobreviver vendem a sua força de trabalho; o capitalista compra meios de produção e compra a força de trabalho que é a única mercadoria que ao ser consumida pelo capitalismo, Marx (2010) chama de mais valor ou mais valia.

A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital (MARX, 1996, p. 256).

Desse modo, a acumulação (reprodução ampliada) é utilizada para ampliar a escala da produção de mercadorias aumentando conseqüentemente a exploração da força de trabalho, ou seja, quanto maior a exploração, maior será a mais valia e a acumulação. Esse ciclo gera uma competição entre os capitalistas para não serem liquidados do mercado, e o resultado dessa tendência é a concentração e centralização do capital.

A concentração do capital traz a ideia de que, quanto mais acumulação e concentração do capital, mais tende a própria acumulação “[...] faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior” (Netto & Braz, 2008, p. 142). Quanto mais o capital produz, mais consegue acumular e produzir. A centralização de capital por sua vez tende à fusão de grandes capitais para se tornarem mais potentes e excludentes com os menores [...] “realiza-se pela união (mediante cartéis, trustes e a formação de holdings) de capitais já existentes” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 143).

Desenvolvendo-se a reprodução ampliada, ou seja, a acumulação, é evidente que, na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada (basta pensar, aqui, nos processos de pauperização). E a análise teórica e histórica da acumulação revela resultantes e implicações tão reiterativas que é inteiramente legítimo mencionar-se uma **lei geral da acumulação capitalista** (NETTO & BRAZ, 2008, p. 150 – grifos dos autores).

Diante das colocações fica evidente que a acumulação do capital reflete negativamente sobre o trabalho não só a partir da extração de mais valia, mas também na crescente degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Esse ciclo, que conseqüentemente gera o aumento da riqueza e por outro lado o crescimento contínuo da miséria, é a chamada lei geral da acumulação capitalista.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. Ela ocasiona uma acumulação da riqueza num pole é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996, p. 274-275).

A cada novo desdobramento do modo de produção capitalista, o trabalho vem perdendo o seu caráter sócio-histórico ainda que, à época, seja impossível falar de duas classes consolidadas capitalistas e proletários. A relação contraditória e inerente entre trabalhadores e burguesia é específico nesta forma de sociedade.

A transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital (MARX, 1987, p. 880).

Dessa afirmação, pode-se observar o caráter contraditório do capital: se por um lado a produção individual implica (na pré-história capitalista), um meio pelo qual os trabalhadores poderiam trabalhar livremente através da pequena propriedade; no

estágio atual do ciclo capitalista, o acesso à produção individual é reivindicado pelo capital enquanto forma de exploração e mistificação da classe trabalhadora.

Mas é preciso analisar o capitalismo no período contemporâneo. No final de 1973 ocorreu uma crise profunda do sistema capitalista em que a produção capitalista industrial (baseado nos modelos de trabalho do taylorismo e do fordismo) foi substituída por uma nova forma de ser do capital em que a tecnologia e a impulsão tecnológica informacional digital vai ser impulsionada para suprir as perdas e a queda tendencial de lucro e se acentuou e nos levou à situação de crise profunda em que nos encontramos nos dias atuais.

A destruição do capital que conseqüentemente destrói o trabalho, a natureza, e a igualdade entre gêneros de maneira irreversível, nos levou a uma situação pandêmica, sendo que “[...] a crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na interrelação que há entre elas, têm gerado impactos e conseqüências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver” (ANTUNES, 2020, p. 15).

A partir disto, pôde-se observar a alta taxa de mortalidade global e o aumento do desemprego, miséria e informalidade fazendo com que muitos trabalhadores recorram a “[...] trabalhos em aplicativos e plataformas digitais” (ANTUNES, 2020, p. 16).

Antunes (2020) salienta sua preocupação em relação ao futuro da classe trabalhadora [...]”em meio a esta terrível hecatombe mundial, é um desenho societal ainda mais desolador” (ANTUNES, 2020, p. 16) e faz o seguinte questionamento:

[...] o que o *sistema de metabolismo antissocial do capital* tem a oferecer à humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver? E, em contrapartida, como a humanidade que trabalha – e em particular a classe trabalhadora – poderá obstar tal destruição e assim começar a desconstruir, demolir e superar o edifício do capital? (Antunes, 2020, p. 16).

Antunes (2020) resgata a ideia de *metabolismo social* a partir de Marx em *O capital*, no qual a ideia marxiana foi reestruturada por István Mészáros em *Para além do capital*, com o intuito de explicar os fundamentos que atuam sobre o desenvolvimento capitalista que o autor considera “autofágico” (ANTUNES, 2020, p. 16).

Para Mészáros (2005), o sistema de metabolismo social se reproduz em três elementos específicos: capital, trabalho assalariado e Estado, - sendo impossível

eliminar um ou dois elementos pois eles se regeneram facilmente –. “A única possibilidade de superá-lo é a eliminação total do seu tripé [...]” (ANTUNES, 2020, p. 18).

Para Antunes (2020), a eliminação desse tripé é primordial para arruinar o sistema capitalista, cujo *modus operandi* se dá a partir da extração de mais valor, expansão contínua e altamente destrutiva.

A única possibilidade destrutiva deste sistema está vinculada à redução do tempo de vida útil das mercadorias, [...] “sua feição só pode ser, em si e para si, a de um sistema destrutivo, cujos imperativos o impulsionam a criar sempre mais mercadorias” (ANTUNES, 2020, p. 19), ou seja, quanto maior é a demanda por exploração de recursos naturais maior será a utilização destrutiva da natureza pelo capital, gerando a partir daí mais valor e acúmulo do capital, deixando em segundo plano as reais necessidades humanas e sociais, como esclarece o autor:

Se o trabalho, entretanto, não pode ser completamente eliminado (pois sem ele o capital não se valoriza, como vimos com a paralização global da produção durante a pandemia), o sistema de metabolismo antissocial do capital, sob o comando do capital financeiro, acaba por impor uma pragmática pautada pela devastação e derrelição completa das condições de trabalho em escala planetária [...] e isso ocorre, [...] num período histórico no qual acentuam-se as interconexões entre produção, mundialização do capital e financeirização, sendo a última forma mais fetichizada da acumulação, uma vez que o capital financeiro enfeixa e abarca tanto a riqueza gerada pelo investimento quanto a que resulta da exploração da força de trabalho produtiva (ANTUNES, 2020, p. 19).

De acordo com Antunes (2020), a pandemia COVID-19 não foi a causadora da tragédia que estamos vivendo, na verdade ela desnudou um quadro que já vinha se desenhando. Fica evidente a forma como a pandemia impactou/impacta as esferas de gênero, classe, raça e ambiental, potencializando o desemprego e a desvalorização da força de trabalho. Nas periferias, o cenário é ainda mais agravante, muitos trabalhadores recorreram a trabalhos terceirizados, informais, “uberizados” [...] “sem condições mínimas de sobrevivência, tangenciando ou vivenciando uma fome profunda” (ANTUNES, 2020, p. 22).

Como vimos, a precarização existencial e do trabalho de uma população em que a sobrevivência é subordinada à venda da força de trabalho, ainda possui uma contradição cada vez mais acentuada entre a concentração da riqueza, generalização da pobreza e miséria.

Todos esses apontamentos são o que Antunes (2020) caracteriza como *capital pandêmico* que abrange o [...] “*sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus*” (ANTUNES, 2020, p. 22, grifos do autor).

A partir disso, torna-se necessário resgatar os trabalhos de formação político-social junto às massas para que possam então combater e superar as situações de barbárie social já vivenciadas pela classe trabalhadora e construir um novo modo de organização e produção social, como enfatiza Mészáros (2011):

[...] tempos de grande crise econômica abrem sempre uma brecha razoável na ordem estabelecida (...). Tais brechas podem ser alargadas a serviço da reestruturação social ou, de fato, fechadas por um prazo maior ou menor, no interesse da continuada sobrevivência do capital, dependendo das circunstâncias históricas gerais e da relação de forças na arena política e social (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

[...] as resistências e obstáculos a serem superados, no curso da realização de tal objetivo, estão limitadas a permanecerem primeiramente político/sociais por todo período histórico de transição cujo objetivo é ir para além do capital a fim de criar estruturas socioeconômicas da “nova forma histórica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

1.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

O Estado, na sociedade capitalista, é um grande favorecedor dos processos de acumulação do capital atendendo com convicção às demandas da classe que detém o poder. Porém, do outro lado, existem as reivindicações e as lutas da classe trabalhadora, o que traz conseqüentemente confronto entre essas forças fazendo com que o Estado, por sua vez, ofereça as políticas sociais com finalidade de aliviar os conflitos e tentar resolver as relações entre as classes.

Segundo Faleiros (1991, p. 8):

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante ora como doação das elites dominantes, ora como garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Para compreender o surgimento, desenvolvimento e a expansão das políticas sociais é necessário situá-las no contexto do surgimento e desenvolvimento do próprio capitalismo, pois as políticas sociais são indissociáveis e são resultantes da

confluência de três elementos essenciais, que são: o próprio grau de desenvolvimento das forças produtivas, o papel que o Estado assume no próprio capitalismo – que pode ter uma autonomia relativa na implementação de direitos e políticas sociais mas que não se pode esquecer que é um Estado capitalista que assegura as condições gerais de produção e reprodução do capitalismo – e o terceiro elemento é que, embora as políticas sociais sejam necessárias e participantes da forma de produção e reprodução do capitalismo, elas são também resultado da luta de classes que foi e segue sendo determinante para a configuração das políticas e direitos sociais.

Elas são “[...] desdobramentos e até mesmo respostas de formas de enfrentamento [...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 51).

De um modo geral, a desigualdade estruturante do capitalismo que surge no Brasil a partir da década de 1930 faz com que a classe operária brasileira se imponha no cenário político como interlocutora, reivindicando seus direitos e principalmente os direitos relacionados ao trabalho (carga horária, férias, licenças, etc..) como uma estratégia de enfrentamento da chamada “questão social”, “[...] A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 55).

A generalização dos direitos políticos é resultado da luta de classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do século XIX e início do século XX. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 64).

As formas de enfrentamento, a partir das lutas da classe trabalhadora, favoreceram a ampliação dos direitos sociais e a mudança do papel do Estado em relação ao capitalismo. Como especificam Behring e Boschetti, citando Pierson:

O que ajuda a demarcar a emergência das políticas sociais são alguns elementos surgidos no final do século XIX, decorrente da luta da classe trabalhadora. O primeiro foi a introdução de políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social na Alemanha, a partir de 1883. [...] O segundo elemento apontado pelo autor é que as políticas sociais passam a ampliar a ideia de cidadania e desfocalizar suas ações, antes direcionada apenas para a pobreza extrema. (PIERSON, 1991 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 64).

[...] a) o interesse estatal vai além da manutenção da ordem, e incorpora a preocupação de atendimento às necessidades sociais reivindicadas pelos

trabalhadores; b) os seguros sociais implementados passam a ser reconhecidos legalmente como conjunto de direitos e deveres; c) a concessão da proteção social pelo Estado deixa de ser barreira para a participação política e passa a ser recurso para exercício da cidadania e d) ocorre um forte incremento de investimento público nas políticas sociais, com o crescimento do gasto social: os Estados europeus passam a comprometer em média 3% do seu PIB com gastos sociais a partir do início do século XX. (PEARSON, 1991:107 apud BEHRING e BOSCHETTI 2008, p. 65)

Durante a crise do sistema financeiro americano em 1929 a 1932 conhecida como a Grande Depressão, trazendo mudanças significativas no mundo do capital dentre elas, a queda da taxa de lucros do capital no comércio mundial e estagnação do emprego e produtividade, foi o momento em que a burguesia reconhece os limites do mercado, que se consolidaram apenas após a Segunda Grande Guerra (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

Os anos consecutivos à Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como os “anos dourados”, trouxeram transformações na questão produtiva ou político-ideológicas, como a expansão e prosperidade na economia capitalista, manutenção de altas taxas de lucro, uma produção industrial nunca vista antes, além de uma melhora nos padrões de vida da classe trabalhadora.

As crises não foram exterminadas, porém as ações mediadoras do Estado diminuiram seus impactos. (NETTO e BRAZ, 2011).

Um dos fatores fundamentais para a “era do ouro” do capitalismo foi o taylorismo e fordismo, que foi disseminado por influência do sistema organizacional de Henry Ford, aliado à lógica de gerenciamento científico do trabalho de Frederick Taylor. Enquanto o taylorismo compreendia que o trabalhador deve executar apenas ações básicas, o fordismo era a grande linha de produção mecanizada aumentando a intensidade e a produtividade do trabalho.

Uma linha de produção rígida articulava os diferentes trabalhos, tecendo veículos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. (ANTUNES, 2009, p. 39).

Procurando saídas democráticas e capitalistas para a crise de 1929, Jhon Keynes propôs mudanças na relação do Estado com o sistema produtivo, rompendo parcialmente com os princípios do liberalismo clássico. Keynes defendia o capitalismo dentro de uma lógica que rompia com o dogmatismo conservador da época e acreditava que algumas teorias do liberalismo clássico e neoclássico da economia política não contribuíam para explicar os acontecimentos que resultaram em situações dramáticas da crise como, por exemplo, o desemprego generalizado. Desse modo ele refutava a autorregulação da economia capitalista.

A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecer-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do "controle de preços"; a distribuição de subsídio; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais (BRAZ e NETTO, 2006; apud BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 86).

Dentro dessa lógica, o liberalismo keynesiano reconhece que o capitalismo da mesma forma que produz riquezas gera desigualdades sociais, miséria e pobreza. E então traz a perspectiva de que é importante criar políticas sociais sólidas para ser uma "almofada" amortecedora das crises, que tem o intuito de regular as relações sociais, diminuir a ocorrência de movimentos sociais contestatórios, diminuir a criminalidade, entre outros fatores que cooperam também para que a mão de obra – à disposição para a exploração - seja preservada.

A partir disto, o keynesianismo associou-se ao *pacto* fordista, com o objetivo de acelerar o processo de acumulação capitalista no qual o fordismo "[...] foi uma forma de regulação das relações sociais" (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 86), aliado ao aumento da produtividade com a finalidade de gerar padrões de consumos compatíveis com os interesses das empresas. A base do processo de acumulação acelerada do capital se dava através da união entre keynesianismo e fordismo e é certo que essas iniciativas têm suas origens nas reivindicações da classe trabalhadora no século XIX, em que além de intervir no desempenho econômico, desenvolveu dispositivos sociais de coesão.

Os investimentos de caráter social concentravam-se nas áreas da seguridade (assistência, saúde e previdência), habitação, educação. Essas medidas

sociopolíticas foram os pilares do que ficou conhecido como Estado de bem-estar social ou *Welfare State* que são orientados pela ampliação da cidadania e dos direitos políticos e sociais. (ANTUNES, 2008).

E conforme BEHRING e BOSCHETTI (2008, p. 86)

O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento de políticas sociais.

Portanto, é importante ressaltar que Bem Estar Social ou *Welfare State* foi uma forma organizada do capitalismo aliada à atuação do Estado com intuito de intervir na dinâmica social e garantir os interesses da produção do sistema fordista, em que a partir daí, consegue controlar a classe trabalhadora garantindo a essa população o acesso aos serviços sociais.

Behring e Boschetti (2008) ressaltam que existem dois modelos de política social no mundo: o modelo bismarkiano (alemão), que é baseado no seguro social e na lógica de contribuição em que para ter acesso é necessário contribuir antes - temos uma inspiração desse modelo no Brasil que é a Previdência Social -. Já o modelo berevidgeano (inglês), se pauta numa lógica universal, gratuita e de qualidade para todos, sendo que no Brasil temos o Sistema Único de Saúde (SUS).

O liberalismo keynesiano era baseado no modelo do *Plano Beveridge*, onde constavam alguns dos princípios que estruturam o *Welfare State* que se constituíam na Lei da Educação, Lei do Seguro Nacional e a Lei do Serviço Nacional de Saúde, como citam Behring e Boschetti:

[...] 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma "rede de segurança" de serviço de assistência social (MISHRA, 1995:113; apud BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 94).

Antunes (2009) salienta que a crise do fordismo/taylorismo deu sinais quando as taxas de lucros começaram a decair, e em resposta a essa crise iniciou-se uma melhoria produtiva de mais-valor respaldada no modelo toyotista, baseada em novas concepções neoliberais e transferindo o capital da produção para o mercado financeiro.

Essas mudanças foram desastrosas no ponto de vista dos direitos sociais conquistados até então.

O sistema fordista, o *Welfare State* e a trajetória das políticas sociais no Brasil não obtiveram êxito como nos países de capitalismo central. As políticas sociais comparadas com a evolução do capitalismo - capitalismo concorrencial (séc. XIX), o imperialismo clássico (final do séc. XIX até a 2ª Guerra Mundial), e o capitalismo tardio ou maduro (pós guerra até os dias atuais) - se desenvolvem lentamente.

O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós, como se verá, acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado (Behring e Boschetti, 2008, p. 75).

A partir dessa ideia pode-se entender que a primeira fase do capitalismo brasileiro é marcada pela:

“[...] consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil, especialmente se observa a imposição desta sobre a classe operária, marcada pela repressão ou cooptação [...] no contexto do difícil capitalismo dependente, o horizonte histórico da burguesia brasileira dificilmente seria/será suficientemente amplo, no sentido da realização de uma revolução nacional e democrática” (FERNANDES (1987:212) apud BEHRING e BOSCHETTI 2008, p. 78).

Segundo Behring e Boschetti (2008), dentre as mudanças históricas e significativas no país, que ocorreram no período de 1930 até meados 1960 é importante destacar que o capitalismo alcançou sua fase madura com forte expansão, altas taxas de lucros e implementou as políticas sociais para os trabalhadores, como por exemplo a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) sendo a primeira regulação de assistência social do país e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que foi criada com o intuito de atender às necessidades das famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final desta, tornou-se um órgão de assistência às famílias necessitadas o que juntamente com a Departamento

Nacional da Criança (DCNr) garantia “[...] estímulo às creches, auxílio aos idosos, a doentes e grupos de lazer, propondo-se a favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas, proteger a maternidade e a infância” (SILVEIRA, 2003, p. 26).

Em relação aos direitos infantojuvenis, pode-se dizer que as crianças e adolescentes passaram um longo período da história brasileira (até o início do século XX), sem terem o devido amparo judicial e político (SANTIAGO, 2014). Somente ganharam notoriedade por meio da Declaração Universal dos Direitos da Criança no ano de 1959, que estabeleceu

[...] dentre outros princípios: proteção especial para o desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual; educação gratuita e compulsória; prioridade em proteção e socorro; proteção contra negligência, crueldade e exploração; proteção contra atos de discriminação. de 1959. (AMIN 2008 apud PRATES, 2011, p. 12).

No ponto de vista das políticas sociais, o período pós 1964, sob a ditadura militar, foi marcado como o período de reprodução da modernização conservadora que “ [...] passa a ser enfrentada num movimento de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças de trabalho que despontavam” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 136). E tinha como propósito a expansão e modernização das ações que foram criadas no governo Vargas, o que resultou no avanço da política social brasileira com a centralização da Previdência Social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966.

A partir de então, foi criada a Renda Mensal Vitalícia para os idosos e o Ministério da Previdência e Assistência Social que possibilitou implementar o Dataprev (Empresa de Tecnologia e informações da Previdência Social), o SINPAS (Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social), o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) e o IAPS (Instituto de Aposentadorias e Previdência da Assistência Social). (Idem, p.137).

Segundo Faleiros (2000), apud Behring e Boschett (2008, p. 136):

[...] no momento de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais. A unificação, uniformização e centralização da previdência social no INPS, retiram definitivamente os trabalhadores da gestão da previdência social, que passa a ser tratada como questão técnica e atuarial.

Com o enfraquecimento do regime militar através das greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, as manifestações se voltaram para reivindicações no âmbito da política como, por exemplo em 1984, em que exigiam eleições diretas para Presidente da República conhecido como “Diretas Já”.

O cenário da década de 1980, na visão de Silva (2005, p. 31-32) compreendeu-se como:

[...] um clima de efervescência com o processo de transição político democrática, com o (novo) sindicalismo, com o movimento das “Diretas Já”, com o movimento pela anistia e com lutas por direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis. A política brasileira, nos meados dessa década, tinha como marco a Nova República, que intencionava o exercício da democracia, da cidadania e da regulamentação do Estado de direito.

Durante os movimentos sociais na década de 1980 em prol dos direitos humanos, multiplicaram-se também as denúncias e movimentos populares em busca da defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes, que buscavam fortalecer as políticas de apoio infantojuvenil trazendo forte reação junto às diretrizes jurídicas (Código de Menores) e políticas (Política Nacional de Bem-Estar do Menor) o que culminou no chamado Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em 1985. (SILVEIRA, 2003).

Segundo Silveira (2003), a MNMMR é,

[...] uma organização não-governamental (sic), autônoma e voluntariado, que atua na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes de rua do Brasil, e constitui-se, desde sua criação, com uma rede de pessoas das mais variadas atividades com atuação unificada. [...] seu surgimento está vinculado às denúncias das diferentes formas de violência e de violação de direitos inerentes da pessoa, calcando-se na Declaração Internacional dos Direitos da Criança. (SILVEIRA, 2003, p 48).

Após um longo período ditatorial, é celebrado um marco na cidadania brasileira, em 05 de outubro de 1988 houve a promulgação da nova Constituição Federal onde, mesmo no contexto capitalista e neoliberal, há elementos fundamentais da participação da sociedade brasileira para que as políticas sociais sejam priorizadas, assegurem o enfrentamento da pobreza e garantam o acesso a serviços socioassistenciais. Esse arranjo contribui para que as políticas sociais sejam transferidas para o terceiro setor, assim como as obrigações do Estado na proteção e

garantia dos direitos da população brasileira que estão previstos nesta Constituição Federal.

A contrarreforma neoliberal foi a resposta do capitalismo nacional aos avanços e conquistas da classe trabalhadora, especialmente após promulgação da Constituição Federal de 1988, pois no ideário neoliberal as políticas sociais ficavam em segundo plano sendo sujeitadas à lógica das políticas econômicas, o que culminou em ações paliativas, assistencialistas, transferindo a responsabilidade para a família e a sociedade civil. Esse processo, conseqüentemente, aumentou as desigualdades econômicas e sociais, e principalmente a radicalização das expressões da questão social dificultando o acesso da classe trabalhadora aos direitos provenientes das políticas sociais.

A reforma do Estado e da Previdência Social, além da privatização das empresas públicas, foi a saída encontrada para promover a contrarreforma neoliberal onde, a partir de então, a proposta da Constituição Federal de 1988 deu espaço ao novo ideário econômico, o “projeto de modernidade”.

Essas mudanças culminaram no aumento da pobreza e desemprego que foram “aprofundados pela macroeconomia do Plano Real” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 155).

“ [...] mas as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização (DRAIBE, 1993 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 155).

Vale destacar que nessa fase houve a regulamentação das organizações sociais na efetivação das políticas sociais, o que acarretou em uma nova frente de atuação profissional para o assistente social. Outro ponto importante foi a “separação entre formulação e execução das políticas de modo que o núcleo duro do Estado as formularia, a partir de sua capacidade técnica, e as agências autônomas as implementariam” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 154).

Paralelamente ao texto constitucional foi idealizada uma legislação complementar substitutiva do Código de Menores – criado em 1927, que tinha como propósito suprir as necessidades de proteção às crianças e adolescentes em uma

época autoritária e patriarcal -, estruturou-se então o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Onde o atual cenário político e social se atentava para a

[...] descoberta do significado da ação coletiva no curso da História, enquanto reabertura de um espaço coletivo reiteradamente negado pelo Estado, e por onde foi possível pensar a sociedade e a política não mais como objetivação das estruturas ou da ação do Estado, mas como cenário criado e recriado pelas práticas de sujeitos em conflito. O que não é pouco, quando se pensa a tradição de um país em que as lutas políticas sempre estiveram voltadas para o Estado, visto como espaço exclusivo e único do acontecer da História. (TELLES, 1994, p. 65).

Para Guimarães (2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente tem como base,

[...] a proteção integral à criança e ao adolescente, sem discriminação de qualquer tipo. As crianças e os adolescentes são vistos como sujeitos de direitos e pessoas com condições peculiares de desenvolvimento. Esse é um dos polos para o atendimento destes indivíduos na sociedade. O ECA é um mecanismo de direito e proteção da infância e da adolescência, o qual prevê sanções e medidas de coerção àqueles que descumprirem a legislação (GUIMARÃES, 2014, p. 21).

A implantação de medidas adequadas para garantia de direitos das crianças e adolescentes deu-se a partir de uma participação e mobilização societária significativa na Assembleia Nacional através da Comissão Nacional Criança Constituinte, que objetivava a inserção dos direitos inerentes à pessoa humana no texto constitucional.

Segundo Faleiros (1996),

A cidadania da criança e adolescente foi incorporada na agenda dos atores políticos e nos discursos oficiais muito recentemente, em função da luta dos movimentos sociais no bojo da elaboração da constituição de 1988. Na cultura e estratégias de poder predominantes, a questão da infância não se tem colocado na perspectiva de uma sociedade e de um estado de direitos, mas na perspectiva do autoritarismo/ clientelismo, combinando benefícios com repressão, concessões limitadas, pessoais e arbitrarias, com disciplinamento, manutenção de ordem ao sabor das correlações de forças sociais ao nível da sociedade do governo. (FALEIROS, 1996, p.51).

A partir de então, crianças e adolescentes têm sua devida importância na sociedade sendo considerados como sujeitos de direitos e não mais como "objetos da lei", garantindo que seus direitos sejam efetivados.

Para Silveira (2004),

Ao abordar o direito de crianças e de adolescentes, entende-se como um desdobramento dos direitos humanos, porém, voltados especificamente à

população que necessita ser tratada com 'absoluta prioridade', tendo respeitadas suas condições de 'sujeitos de um processo histórico' e pessoas em 'condição peculiar de desenvolvimento'. (SILVEIRA, 2004; p. 60).

Cabendo à família e Estado o dever de garantir esses direitos, como contempla o artigo 227º da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 227º: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998).

Para Santiago (2014),

[...] em seu novo contexto, a sociedade e o estado asseguram agora à criança e ao adolescente, diversos direitos antes não existentes como prioridade, são eles direitos fundamentais, a vida, a educação entre outros diversos, todos elencados no artigo 227 CF/88, que atraiu a responsabilidade não só para o Estado, assim como para a sociedade, mais principalmente para a família, que é o pilar da sociedade desenvolvida. (SANTIAGO, 2014, [s/p]).

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma conquista histórica que persiste por várias décadas reforçando a importância de políticas de direitos, reconhecendo as garantias individuais, sociais e coletivas. Reconfigurou uma nova forma de incorporar as lutas pela sociedade superando o Código de Menores que aplicava métodos corretivos como: "pena-castigo", "pena-educação", "pena-ressocialização", entre outros.

Assim como afirma Silveira (2004),

O ECA contempla o entendimento que envolve a integração das deliberações sobre as políticas para a infância e para a adolescência à nova organização sócio-política do país. Nesse contexto, as leis são concebidas como instrumentos necessários à democracia. Trata-se de uma reversão de concepções e práticas que guardam aproximações com as 'lutas' desencadeadas na década de setenta, em prol da democratização das relações sociais. (SILVEIRA, 2004, p. 63).

2. O TERCEIRO SETOR E A OCA

2.1 CAPITALISMO E TERCEIRO SETOR

O capital, frequentemente, permeia entre crises e tempos de grande acumulação. Pode-se dizer que, quando a taxa de lucros é crescente as objeções com a burguesia diminuem o que garante algumas concessões à classe trabalhadora, como por exemplo o *Welfare State* que foi um período em que a classe trabalhadora dos países de capitalismo central conseguiu consideráveis conquistas no âmbito das questões sociais e trabalhistas.

Por outro lado, quando há um declínio da taxa de lucros, o Estado busca direcionar os efeitos da crise para a classe trabalhadora agindo de acordo com o interesse da classe dominante.

Nas palavras de Mészáros (2000, p. 7),

Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

A estratégia do Estado para se eximir de sua responsabilidade social que “[...] consiste em instrumentalizar diversas questões, torná-las meios para estes fins, em fazê-las funcionais aos objetivos neoliberais” (MONTAÑO, 2003, p.232). E traz reformas voltadas aos interesses da classe dominante contando com “(...) mecanismos pseudocompensadores, ideológicos, que impeçam a clara identificação das causas das mazelas das populações”. (MONTAÑO, 2003, p.232).

Para Montañó (2003), essas estratégias/mecanismos se dão com a finalidade de fazer com que o trabalhador não tenha conhecimento sobre o processo produtivo onde posteriormente, terá sido substituída a força de trabalho por maquinários - *instrumentalização máquina-ferramenta* -.

Além desses fatores, há uma tentativa de cessar as lutas da classe trabalhadora trazendo a falsa impressão de que seus direitos estão sendo efetivados,

o que conseqüentemente enfraquece a luta e os torna mais “dóceis” – *instrumentalização de valores sociais* --.

O terceiro setor emerge em meio a essa fase do capitalismo, sob as crises recorrentes do seu próprio produto. Idealizado por Jhon D. Rockefeller III nos Estados Unidos em 1978, o terceiro setor assume as funções que antes eram estatais, atendendo às demandas sociais e acolhendo inúmeras iniciativas que visam bens e serviços públicos sem gerar lucros. (VITULLO, 2012, p. 41).

A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos EUA para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 1991 apud ALVES, 2002, p. 1).

De acordo com Marx e Engels (2003), não havia interesse em melhorias nas relações burguesas de produção, sendo que estas, por sua vez, tinham como propósito apenas garantir vantagens nas condições sociais modernas sem as lutas e reivindicações da classe trabalhadora em que, ainda que os movimentos sociais fossem articulados pelas instituições não governamentais com o ideal revolucionário, suas ações se tornaram reivindicatórias e constituintes do projeto capitalista.

Nesta conjuntura, o terceiro setor havia alcançado até então apenas reformas com políticas pontuais e “ [...] tais reformas não afetam as relações entre o capital e trabalho”. (Idem, ibidem, p. 63).

Partindo dessa ideia, Engels (2003) afirma que,

Em 1847, entendia-se por socialistas, de um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos(...); e de outro, os vários curandeiros sociais, que, por meio de todos os truques, pretendiam eliminar os problemas sociais, sem constituir perigo para o capital ou o lucro (ENGELS apud MARX e ENGELS, 2003, p. 13).

Fazendo uma relação entre a obra de Marx e Engels e o atual cenário social, o terceiro setor tem representado esses “curandeiros”, onde, de início, seus ideais se dão a partir dos movimentos sociais, mas quando se desenvolvem e começam a ser financiadas por recursos públicos ou privados tornam-se, segundo os autores, mais uma estratégia do capital de se renovar/manter enquanto modo de produção social.

Onde,

Uma parte da sociedade deseja remediar os custos sociais. E a burguesia se inclui aqui sentido de garantir a sua continuidade: aqueles que procuram melhorar as condições da classe operária, os organizadores de beneficência (...), enfim, os reformadores de gabinete de toda categoria (MARX; ENGELS, 2003, p. 53).

Segundo Oliveira (2005),

O conjunto de atividades voluntárias, desenvolvidas por organizações privadas não governamentais e sem ânimo de lucro (associações ou fundações), realizadas em prol da sociedade, independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora com eles possa firmar parcerias e deles possa receber investimentos (públicos e privados) (OLIVEIRA, 2005, apud COSTA e FREITAS, 2012, p. 125).

O terceiro setor, atuando em consonância com as Organizações da Sociedade Civil, desenvolve atividades voltadas para a promoção humana sem a finalidade de obter de lucros. Essa parceria, por sua vez, resultou no crescimento deste setor, - levando em conta principalmente a sua relevância econômica e social -.

Também no Brasil, a categoria de sociedade civil se tornou o pilar da maré neoliberal e invadiu até o universo cultural da esquerda, bastante fascinada em nossos dias pelo tema dos "direitos de cidadania". Em Gramsci, como se sabe, há sempre a defesa da dialética de unidade/distinção entre estrutura e superestrutura, economia, política e cultura, sociedade civil e Estado. Somente neste sentido se pode afirmar o primado da sociedade civil, isto é, o primado daquele âmbito societal que surge como o *locus* em que se organiza a subjetividade e se dá o choque de hegemonias ideológicas, aquele âmbito que expressa uma dada economia, que é parte integrante do processo global de produção/reprodução das relações de classe. Por isto, os sujeitos sociais se candidatam ao domínio e à hegemonia na medida em que "se tomam Estado". Sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado), não há sociedade civil digna de atenção, menos ainda associada ao universo gramsciano: sem Estado não pode haver hegemonia.

Nada há de mais estranho a Gramsci (pode dizer-se: ao marxismo) do que unia concepção de "sociedade civil" maniqueisticamente pensada como o oposto virtuoso do Estado, como o reino vazio de política, em que os interesses (os movimentos sociais, as associações, as lutas pelos direitos) vivem em completa liberdade e em completa liberdade conseguem subverter o sistema da ordem. Uma sociedade civil sem Estado é uma verdadeira "selva" em que coexistem interesses fechados em si, não "comunicantes" e refratários aos "controles" da comunidade política (situação na qual se prolongaria imensamente a não-resolução do problema de :saber quem equilibra os interesses, protege os mais fracos e garante direitos e conquistas; situação em que já não mais existe a possibilidade de uma nova hegemonia, em que "público" é somente a soma de direitos individuais/grupais categoricamente afirmados, vale dizer, afirmados sem a recíproca afirmação dos deveres (LIGUORI e FINELLI, 1997, n.p.).

No uso que se tornou corrente no Brasil:

Fala-se hoje das "organizações da sociedade civil" (OSCs) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado, mas, também, do mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a ideia de "Sociedade Civil" serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania, de forma direta e autônoma. Estar na Sociedade Civil implicaria um sentido de pertença cidadã, com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos de governo. Marcando um espaço de integração cidadã, a "Sociedade Civil" distingue-se, pois do Estado, mas caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um "terceiro setor" (WOLFE, 1992, apud FERNANDES 1997, p. 27).

O terceiro setor abrange diversas entidades, por isso não se tem uma definição do seu conceito, características e composição “[...] ainda não existe um consenso sobre a composição do terceiro setor pois abrange desde as organizações não governamentais (ONGs) até fundações, creches comunitárias e atividades sociais em qualquer âmbito, reunindo organizações formais até atividades informais.” (PERONI et all, 2009, p. 20).

Portanto, terceiro setor é aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos; porém guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o terceiro setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem objetivo de lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal) (PAES, 2010, apud COSTA e FREITAS, 2012, p. 125).

Até os anos 1980, as ONGs estruturavam os movimentos sociais que lutavam contra mecanismos de opressão e exploração, e tinham o papel de “[...] contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes, os recursos captados de organismos estrangeiros” (MONTAÑO, 2007, p. 271).

Essa interação entre os movimentos sociais e as ONGs resultava no fortalecimento da “[...] representatividade das organizações populares, e ajudava a própria organização a se estruturar, muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos” (GOHN, 2013, p. 243).

Um marco importante para a ascensão do regime democrático se deu com a Constituição Federal de 1988, quando as ONGs tiveram um papel importante na

constituente para um novo momento de extinção da tradição de “ser contra o Estado”, e uma nova visão de participação começou a ser desenvolvida, ligado a ideia de uma

[...] democracia direta à democracia representativa. Tratava-se de participar de um novo momento político que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das Leis Estaduais e Municipais, a construção dos diferentes Conselhos e Câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Participar da gestão dos direitos em suma (GOHN, 2013, p. 246).

Nos anos posteriores com a divisão da sociedade em setores, as ONGs passaram a atuar em consonância com o Estado onde,

Ao segmentar a realidade social em três “setores”, ao considerar o “primeiro”, o Estado, como burocrático, lento, corrupto, ineficiente, radiador dos valores e interesses do capital, e não como uma arena de lutas, e o “segundo”, o mercado, também na exclusiva dominação capitalista, ignorando as lutas de classes ali desenvolvidas, deriva-se necessariamente na conceituação de um “terceiro setor”, a “sociedade civil”, que luta contra, ou em parceria com o Estado; e que nessa luta/parceria, ambos os “setores” são tidos, não como esferas da totalidade social, mas como verdadeiros sujeitos, que ora se confrontam, ora se complementam. Eles são personificados: o Estado é o sujeito mau, a sociedade civil (ou o “terceiro setor”) é o mocinho. Assim, tanto se justifica a redução das atividades outrora desenvolvidas por este mau sujeito, quanto se aclama a ampliação das tarefas que o bom sujeito vem a fazer (MONTAÑO, 2007, p. 275-276).

Essa divisão da sociedade em setores favoreceu o enfraquecimento dos movimentos sociais, uma vez que, ao assumir o papel de executor das políticas setoriais, se afastam do seu principal objetivo que seria romper com a ordem do capital o que transformou as reformas em políticas compensatórias.

No atual estado de coisas, consideram a luta sindical e a luta parlamentar como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado, tendo em vista a conquista do poder. Segundo a concepção revisionista, dada a impossibilidade e inutilidade dessa conquista do poder, devem a luta sindical e a luta parlamentar ter em vista exclusivamente resultados imediatos, isto é, a melhoria da situação material dos operários, além da redução por etapas da exploração capitalista e extensão do controle social (LUXEMBURGO, 2010, p. 59-60).

Em relação à proximidade com o Estado, Lopes (2004) afirma que:

“ [...] a relação entre o Estado e as ONGs, no plano da administração pública, remete necessariamente ao princípio, ao planejamento e à execução da gestão das políticas sociais públicas – refere-se, aqui, ao campo específico das ações das ONGs cidadãs que, diferentemente das chamadas ONGs assistencialistas ou desenvolvimentistas, são aquelas que “assumem um papel político complementar no que se refere ao desenvolvimento da cidadania e garantia dos direitos sociais (LOPES, 2004 apud BARBOSA 2007, p. 35).

Ainda que o capital tenha uma política de participação social em que as instituições do terceiro setor se tornam responsáveis pela execução de determinadas questões, a real finalidade seria camuflar os interesses e conflitos por parte do capital, recorrendo ao Estado como intermédio para fomentar ações terceirizadas fugindo do verdadeiro propósito que seria a superação da ordem capitalista, evidenciando que as classes não estão em consenso.

Posto isso, a desigualdade na distribuição de renda e demais fatores condicionantes continuam limitando o acesso de milhões de pessoas aos direitos de cidadania (COMINI, 2016), evidenciando a contradição da constituição maior com a realidade vivida por milhares de cidadãos do mundo inteiro.

A partir da década de 1990 e através da política neoliberal, é notável a redução da participação do Estado na área social e para justificar recorre-se à participação da chamada sociedade civil na execução das políticas sociais, o que abriu espaço para o capital financeiro internacional, desconsiderando os direitos dos cidadãos e ampliando os interesses do capital.

Essas mudanças trouxeram um novo questionamento no trato das expressões da questão social: a precarização das políticas sociais de responsabilidade do Estado e a privatização através da re-mercantilização e da re-filantropização dos serviços sociais.

Este processo é o que Montaño chama de:

[...] alteração de um padrão de resposta social à questão social (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (MONTAÑO, 2003, p. 185).

A incompatibilidade deste processo podem ser observadas: no âmbito da realidade social, que são cortados da realidade social em três setores, o Estado, o mercado e a sociedade civil; na privatização das políticas sociais, assumindo caráter mercantil ou filantrópico, o que gera os processos de mercantilização dos serviços sociais e filantrópicos das respostas à questão social; no enfoque do atendimento, sendo esse voltado para parcelas de segmentos sociais e serviços pontuais, da qual decorre a completa fragmentação das políticas sociais na atualidade destinadas a pequenas parcelas da população; a implementação descoordenada de programas sociais, dada a ausência de uma instância de coordenação das políticas sociais (MONTAÑO, 2002, p. 244-256).

Além dos impactos negativos, esse processo ocasionou a contrarreforma do Estado modificando a partir de então, as relações entre o Estado e a sociedade tal qual entre o capital e trabalho (BEHRING, 2003).

Este deslocamento projeta voltar de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de filantropia da questão social, sob a intenção da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a predisposição de segmentar os direitos sociais (NETTO, 1992, p. 70).

As políticas sociais – já precárias, pouco cidadãs e universais -, com o agravamento das condições econômicas e do mercado de trabalho, sofreram triplamente. Primeiro, pela redução de recursos que acompanhou os diversos ajustes fiscais e deteriorou qualitativamente e quantitativamente os serviços sociais básicos, sobretudo nas áreas com elevada participação de recursos da esfera federal, como a saúde. Segundo, pela redução do uso de políticas universalistas e pela generalização do uso de programas sociais extremamente focalizados, sem estratégia, assistencialista e clientelista na relação com o público-alvo. Terceiro, porque estas mudanças vieram, quase sempre, acompanhadas de propostas de reformas sociais explicitamente privatizantes, favorecidas pela falência organizada dos serviços públicos (MATTOSO, 2000, p. 37).

Com a finalidade de justificar a precarização das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado, essas foram responsabilizadas pelas crises nos fundos públicos e caracterizadas como um “mau investimento” em atividades burocráticas e sem retornos. É importante ressaltar que essa conduta se dá pela “cultura da crise” em que “ [...] a burguesia internacional necessita reciclar e alargar seu domínio, mediante a construção de uma cultura política capaz de reelaborar as bases da sua hegemonia” (MOTA, 2000, p. 96).

As propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são propostas reducionistas, onde a Assistência passa a ser para as situações extremas, portanto, com alto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres, através de uma ação humanitária coletiva [...]. Ou seja: é uma política social que passa a ser pensada de modo residual, apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado ou ainda através de recursos familiares e/ou da comunidade (YAZBEK, 1996, p. 42).

Diante dessa perspectiva o terceiro setor ganha intensidade enquanto espaço situado ao lado do Estado e Mercado e, nos últimos anos, constatou-se um crescimento das Instituições da Sociedade Civil sem fins lucrativos no Brasil em diversos segmentos sociais e, principalmente, com foco prioritário para a população que tem pouco acesso aos bens e serviços públicos em busca de solução das

questões sociais, culturais e suas sequelas na área educacional, saúde, habitação, direitos humanos, entre outros.

O surgimento e a ampliação do número de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos atuando no país hoje pode ser explicado pela participação cada vez mais efetiva da sociedade civil na resolução desses e de outros problemas, assim como o reforço de um modelo de Estado que adota políticas neoliberais deixando de atender demandas significativas, e o aumento do associativismo a partir da década de 70 em todo o mundo (PEREIRA, 2013, p. 29).

Posto isso, fica evidente que o terceiro setor é resultante da reorganização produtiva do capital em que o Estado, pautado em princípios políticos-ideológicos neoliberais encontrou para atender as expressões da questão social, que é vista na verdade, como uma “nova modalidade de questão social” (MONTAÑO, 2010, p.187).

O fortalecimento das organizações e sua aproximação com o Estado, culminou em novos desafios para a sua atuação, as ONGs estão “[...] diante do desafio de repensar a relação entre formas de ação popular direta e a participação institucionalizada nos conselhos, de forma a aumentar a sinergia entre uma e outra e aprofundar a eficácia social desta participação” (ARMANI, 2006, p.2).

As mudanças realizadas no Estado e na sociedade integra um campo de desafios, expectativas e redimensionamento do papel e ação das ONGs no cenário político e social do país. A partir desta compreensão, é necessário analisarmos a atuação destas instituições do Terceiro Setor, tendo como foco principal a Organização Cultural Ambiental (OCA), que busca atualmente atender às necessidades/demandas sociais dentro desta lógica do “terceiro setor”.

2.2 OCA: DESAFIOS E FRAGILIDADES

Ao longo da história, a sociedade busca formas organizacionais associativas para atuar na esfera pública baseando nos princípios filantrópicos, da solidariedade, caridade, entre outros, enfatizando a importância das lutas e causas em prol de suas crenças e objetivos, sendo que “[...] as ONG’S passaram, paulatinamente, na década

anterior, a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-se de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular” (MONTAÑO, 2010, p. 271).

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formam redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p.192).

Segundo Mestringer (2005), as instituições pautadas nessa lógica aparecem como a base construtiva do desenvolvimento do capitalismo sujeitado a uma nova racionalidade, pela qual deve ser conduzido a “questão social” e as novas imposições ocasionadas por aqueles aprofundamentos.

As ONGs devem operar, em termos de estrutura interna, obrigatoriamente, com órgão de natureza deliberativa (Assembleia Geral) e órgão de natureza decisória (Diretoria, que pode ser denominada, também, de Conselho Administrativo). A criação de Conselho Fiscal, por outro lado, é obrigatória em certos casos, diferentemente do Conselho Consultivo, cuja constituição é sempre facultativa. A denominação de tais órgãos é mera questão semântica, que pode variar de uma situação para outra. Da mesma forma, a quantidade de órgãos e de níveis hierárquicos irá depender, fundamentalmente, do porte e volume de atividades desenvolvidas no âmbito da organização (TACHIZAWA, 2006, p. 312).

No Brasil, as ONGs se desenvolveram e ganharam força desde a criação das Santas Casas de Misericórdia administradas pela Igreja Católica, juntamente com as irmandades e ordens terceiras constituíam as primeiras redes de serviços assistenciais prestando serviços a comunidades carentes pautada na lógica e prática assistencialista e preocupação social. Assim elas “ [...] nascem calcadas no modelo norte-americano dentro de circuitos de cooperação global” (NAVES 2005, apud MACHADO 2012, p. 570).

A partir do século XX, outras religiões que entendiam a caridade como uma atividade indissociável da prática religiosa, passaram a promover a formação de organizações nos moldes já praticados pelos católicos, dividindo, assim, com a Igreja Católica, a parceria com fins filantrópicos entre esta e o Estado. No período republicano, muitas mudanças ocorreram no relacionamento entre Estado e Igreja. Não somente novas instituições passaram a executar funções até então limitadas ao raio de atuação destes atores mais tradicionais, como também a modernização da sociedade, fruto da industrialização e da urbanização, suscitava o aparecimento de novas e mais complexas necessidades sociais na população. Na década de 30, então,

várias entidades da sociedade civil passaram a se formar, muitas das quais atreladas ao Estado (COSTA e VISCONTI, 2001, p. 7).

É importante destacar que essas instituições são regidas pelo Marco Regulatório do Terceiro Setor, no qual regulamenta as ONG'S que passam a ser chamadas de Organização da Sociedade Civil (OSC), de acordo com a estrutura e a forma como são geridas.

Dentre essas instituições do Terceiro Setor regulamentadas no Brasil, vale destacar a atuação da Organização Cultural Ambiental (OCA).

A OCA foi fundada em 2004 e é considerada uma Organização da Sociedade Civil (OSC) declarada de utilidade pública pelo município de Ouro Preto em 2009 e certificada em 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social como Entidade Beneficente de Assistência Social.

Dentre os trabalhos reconhecidos na sociedade, destacam-se os seguintes prêmios: Carequinha (FUNARTE); Selo Itaú UNICEF Experiências que Transformam, Certificado de Ponto de Cultura, reconhecimento do MinC devido às ações de impacto sociocultural nas comunidades ouro-pretanas, CEBAS (certificado concedido pelo Governo Federal por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde), entre outros títulos.

Através da parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA - Ouro Preto), foi aprovado em 2019 a execução do projeto Cicl@ Cidade Circo Art(e)ducação Audiovisual, por meio do edital Fundos da Infância e da Adolescência do Itaú Social, que desde então financia o projeto possibilitando a compra de materiais para realização das atividades, lanches para os alunos, cartão-transporte, entre outros. Vale destacar que a verba também é destinada ao pagamento dos todos os profissionais atuantes no projeto.

A partir de então foi possível ampliar a atuação do Ponto de Cultura Circo da Gente para o audiovisual, complementando e integrando técnicas circenses, capoeira e maracatu. Além disso, possibilitou a extensão de sua atuação para além de Ouro Preto, através do projeto "Circomunidade", que é desenvolvido na cidade de Congonhas em duas comunidades, Barnabé (desde 2019) e Pires (desde 2021).

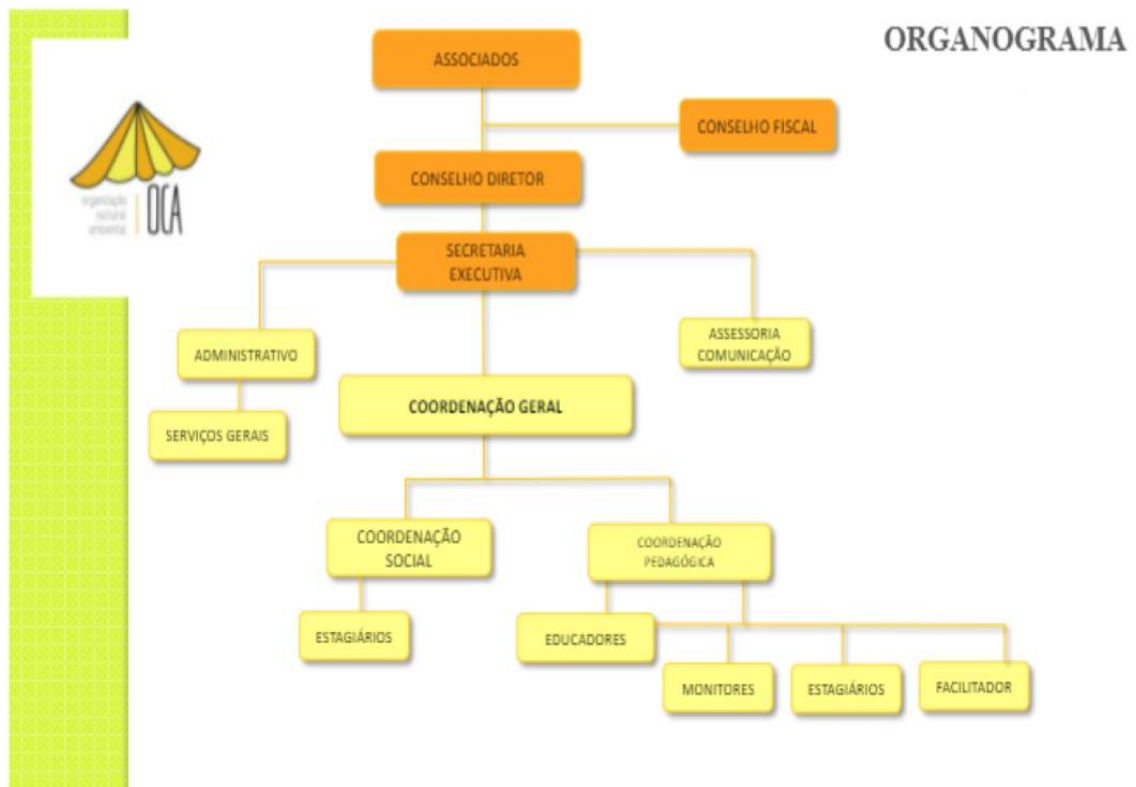
O projeto Clic@ Cidade Circo Art(E)ducação Audiovisual promove atividades voltadas à comicidade, artesanias, prática malabares, fotografia/audiovisual aliada à oficina “Ginga Circense” (arte circense integradas aos fundamentos da capoeira angola e maracatu) enquanto valorização da identidade afrobrasileira.

O público alvo são crianças e adolescentes com idade entre 8 a 16 anos sendo a maioria acompanhadas por serviços socioassistenciais. As atividades ocorrem de segunda a sexta de 08h as 17h na Casa de Cultura Negra e no Centro Cultural Comunitário Casa do Padre Faria em Ouro Preto - MG.

As atividades oferecidas pela OCA têm objetivo de ampliar a troca de vivências culturais, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer os vínculos familiares, incentivar a socialização e a convivência comunitária, incentivar a inserção, reinserção e permanência das crianças e adolescentes na escola bem como a sua compreensão crítica da realidade social como forma de enfrentamento da situação de vulnerabilidade social e empoderamento no exercício ativo de sua cidadania, além de trabalhar de forma coletiva com outras instituições fortalecendo a política de assistência social.

A organização da relação de trabalho na OCA é feita através do organograma exibido abaixo, em que o Serviço Social se encontra na coordenação social e no conselho diretor. Vale ressaltar que cada setor dentro da OCA tem autonomia no planejamento e desenvolvimento das atividades oferecidas pela instituição e são propostas reuniões para alinhamento junto à proposta pedagógica que também discute sobre os encaminhamentos realizados, planejamentos e sobre os impactos sociais das ações da instituição na vida das crianças e adolescentes atendidas (os).

Figura 1: Organograma OCA



Fonte: Google Drive OCA¹

O Serviço Social dentro da OCA é responsável por desenvolver atividades na área cultural, educacional, assistência social e a ambiental. As competências atribuídas ao assistente social, a partir dessas atividades, é compreender a realidade familiar e comunitária do público atendido/inscrito nos projetos executados pela instituição. Esse entendimento é realizado através de um diagnóstico no qual é feito um acompanhamento com as famílias, onde semestralmente são realizadas reuniões com o intuito de identificar as demandas e posteriormente realizar os encaminhamentos necessários em cada situação, buscando ações articuladas junto ao Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Preto.

O assistente social, se insere nas mais diversas áreas das políticas sociais (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça e outras) bem como em diferentes espaços sócio ocupacionais sejam eles, nas esferas públicas (municipal, estadual e federal), em instituições privadas, ONGs e outras modalidades de natureza jurídica institucional. Cabe ao Serviço Social administrar, executar os programas e serviços sociais atuando

¹ Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/search?q=OCA>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços (CFESS, 2011, p. 12-13).

A lei nº13.019, de 31 de julho de 2014, estabelece a parceria entre a administração pública e as organizações da sociedade civil envolvendo, ou não, transferências de recursos financeiros, onde, a partir daí, possa existir um interesse recíproco entre ambas as partes e que elas colaborem entre si.

Posto isso, vale destacar que o atendimento a toda população carente, bem como a promoção dos direitos humanos, desde os anos 1980 com o fim do Estado de Bem Estar Social, não somente passou a ser de responsabilidade exclusiva do Estado como também da sociedade civil destacando a participação das ONG'S, instituições, fundações e empresas.

Conforme aponta VITULLO (2012, p. 39),

[...] na dinâmica neoliberal, as políticas universais vão sofrendo uma tendência de liquidação nas economias [...] a classe dominante passa então a construir [...] conforme esse novo modelo, que desarticula o papel do Estado e, ao mesmo, o “demoniza”, transferido para um mal conceituado “sociedade civil” a responsabilidade por sanar falhas e limites que supostamente seriam orgânicas ao aparato estatal.

Entende-se, portanto, que, a partir do momento em que a sociedade civil se torna responsável por preencher as lacunas deixadas pelo Estado em relação às demandas sociais, obtém como consequência a despolitização das demandas sociais transferindo a responsabilidade aos sujeitos sociais em resposta às suas necessidades com base nos princípios de ajuda mútua e solidariedade.

Posto isso, é notável o esquivamento do poder público das responsabilidades tanto no âmbito político, quanto legal, onde, por meio de ações assistencialistas, inverte os papéis por meio das ONG'S, o que se torna mais um dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais no terceiro setor que atuam profissionalmente embasados no conhecimento teórico para construir junto com a sociedade um potencial de luta. Porém lida com a sobrecarrega das instituições e com as dificuldades para atuar de forma a amenizar os problemas sociais. (MONTAÑO, 2002).

Baseado nessas informações, pode-se destacar a OCA que sendo uma instituição do terceiro setor, encontra muitos desafios para realização das suas atividades, pois possui pouco apoio do poder público e, não obstante, recebe muita demanda social. Vale ressaltar também a falta de comunicação e interesse por parte de setores municipais com a instituição.

A instituição conta com apenas uma assistente social, que também acompanha atividades na comunidade de Barnabé e isso causa uma sobrecarga nas funções sobre a área assistencial, indicando uma fragilidade da instituição em não possuir uma equipe para atuar junto com a assistente social.

Todas as ações realizadas dentro da instituição pela assistente social são respaldadas através de relatórios encaminhados para os conselhos e através de articulação com a rede. A profissional também participa de assembleias e conselhos voltados principalmente à garantia dos direitos das crianças e adolescentes como Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDA) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) levando propostas, questionamentos e buscando melhorias no acesso da instituição a essas políticas públicas.

A OCA conta com um grupo diversificado de alunos, sendo crianças e adolescentes de classes distintas, algumas com histórico de depressão, violência sexual, deficiência intelectual e grande parte dos participantes conta com apoio de benefícios assistenciais.

O projeto Clic@ Cidade Circo Art(E)ducação Audiovisual, foi desenvolvido para durar IV ciclos, o início das atividades ocorreu no formato remoto devido à pandemia COVID-19, entre Abril a Junho de 2021, e para facilitar a comunicação entre a famílias e a coordenação social, foi criado um grupo de WhatsApp onde seriam repassadas as informações sobre as aulas e a realização das atividades. Porém, não houve adesão nas atividades propostas pela instituição tanto pelo fato de a maioria dos participantes não ter acesso à internet de qualidade, quanto por não ter um local adequado para realizar as atividades.

Diante das restrições impostas pela pandemia Covid-19 e analisando os impactos que essa causou na execução do projeto, a coordenadoria social, através do edital 01/2021 do Ponto de Cultura Circo da Gente e através da Lei Federal Aldir Blanc (LAB) nº14.017/2020, conseguiu o custeamento de bolsas para vinte e cinco

crianças e adolescente participantes do projeto Clic@ Cidade Circo no valor de R\$400,00, com o intuito de estimular os estudos e auxiliar na manutenção dos alunos. O recebimento desse benefício propiciou uma participação mais efetiva dos alunos e de suas famílias nas atividades.

Além dessa bolsa, a OCA disponibiliza aos alunos o cartão-transporte para que os participantes do projeto que residem em bairros distantes ou próximos da instituição, sem distinções, consigam se locomover com segurança até o local das oficinas.

As oficinas de artesanaria e prática malabares, fotografia /audiovisual ocorreram no formato remoto por meio de dez encontros e, com o avanço da vacinação contra Covid-19 foi possível fazer o planejamento das ações presenciais respeitando as medidas de segurança.

Pode-se destacar que atividades de forma remota/online dificultaram o contato individual com os participantes, o que impossibilitou a percepção dos gestos, ações, manias, falas que são fatores de extrema importância para que seja feito um diagnóstico preciso e são essenciais na identificação e análise do perfil de cada participante, permitindo por muita das vezes distinguir alguma situação a que o participante esteja sendo submetido.

Por outro lado, foi identificado que o contato telefônico com responsáveis familiares de cada aluno (pai, mãe, avó, avô, etc.), foi um ponto positivo das atividades remotas pois foi possível identificar maior confortabilidade durante as conversas, principalmente ao revelar determinadas situações a que estão sendo submetidos(as) no momento que, por muitas vezes, eram ocultadas por medo ou timidez de falar no atendimento ou reunião presencial.

Apesar dos desafios enfrentados para manter o projeto nesse período, as atividades realizadas pela OCA de forma remota durante a pandemia Covid-19 resultaram no atendimento de 33 alunos dos quais 25 eram bolsistas. No ciclo I, entre novembro e dezembro de 2021 e já realizando as atividades de forma presencial, houve um total de 37 participantes. No Ciclo II, de março a maio de 2022, foram 36 participantes; e no Ciclo III, que ainda está em andamento, iniciou as atividades em novembro de 2022 e tem previsão para finalizar em abril de 2023, o total no momento em que está sendo escrito este TCC, é de 20 participantes frequentes.

O público atendido neste projeto, como já dito anteriormente, são crianças e adolescentes de 08 a 16 anos que são direcionados através de encaminhamentos do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS'i), Unidade de Acolhimento Institucional (UAI), Conselho Tutelar e também através de participações espontâneas.

Nos ciclos II e III a OCA iniciou uma parceria com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de Ouro Preto atuando nos bairros Alto da Cruz, São Cristóvão, e nos distritos Antônio Pereira, Cachoeira do Campo e Santa Rita, mobilizando os públicos (crianças e adolescentes) que atualmente fazem parte do CRAS's a participarem das atividades oferecidas pela OCA com objetivo de fortalecer os vínculos e trabalhar de forma coletiva com outras instituições podendo, a partir daí, ter uma dimensão maior da realidade familiar de cada região e trabalhar de forma conjunta fortalecendo a política de assistência social.

O acompanhamento das famílias e alunos do projeto Clic@ Cidade é realizado pela assistente social que faz parte do Conselho Diretor e da Coordenação Social. Inicialmente é realizado o cadastro social das famílias atendidas considerando o contexto social e familiar, com a finalidade de identificar de que forma o projeto pode fortalecer essas famílias buscando estratégias para integrar a rede de serviços, além de identificar os casos como Média e Alta Complexidade para que, posteriormente, sejam realizados os devidos encaminhamentos para os equipamentos da rede de serviços para acompanhamento.

Através do acompanhamento das atividades do projeto Clic@ Cidade Circo Art(E)ducação é notável a contribuição da OCA no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Preto em que, através do atendimento social, identificando a realidade social das famílias atendidas é possível um acompanhamento contínuo e mais eficaz, além do acolhimento e escuta cuidadosa das famílias atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há décadas, as ONG'S vêm corroborando o crescimento da democracia representando a sociedade e preenchendo as lacunas entre o Estado e sociedade, abrangendo várias áreas de atuação e agregando-se, cada vez mais, à realidade brasileira. Pode-se dizer que assumem um papel central nas questões públicas na atualidade propiciando o desenvolvimento da sociedade atuando positivamente na gestão pública através de convênios, parcerias em projetos sociais, minimizando os problemas sociais existentes na sociedade brasileira e participando, cada vez mais, da execução das políticas públicas.

Diante do exposto em todo trabalho, pode-se constatar que as especificidades do "terceiro setor" caracterizam-se resumidamente em dois contextos: o ideológico que se dá através do discurso humanista/voluntarista para conquistar a adesão da sociedade civil, e o gerencial por buscar modelos organizacionais oriundos da gestão executiva.

É evidente que esse cenário se reflete diretamente no exercício profissional dos assistentes sociais que atuam neste setor, interferindo no aspecto do trabalho técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político. Refletem-se, também, sobre as condições do trabalho do assistente social. Não obstante, a influência do capital também interfere no exercício profissional em que o Estado aparece como intermédio para incentivar ações terceirizadas, assim, ao invés de buscar a superação da ordem capitalista, as organizações se atêm a solucionar problemas imediatos.

Ao realizar esse estudo, foi possível analisar o trabalho do assistente social em uma instituição de terceiro setor, levando em conta a relação existente entre o modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho, uma vez que o capitalismo usa as instituições educacionais como mecanismos de sua ideologia exploradora sendo possível, a partir desse ponto, avaliar que desafios são enfrentados pela OCA na garantia dos direitos humanos, direito das crianças e adolescentes ouropretanas e das políticas públicas.

As atividades oferecidas pela OCA têm um papel fundamental para as crianças e adolescentes ouropretanos pois proporciona, através de atividades culturais, o

fortalecimento da identidade histórica, territorial, social e racial, e a partir disso vê-se a importância de se ter um profissional do serviço social em projetos educacionais, pois contribuem no planejamento de estratégias que visam à inclusão social, no desenvolvimento de projetos de acordo com a necessidade de cada comunidade, trazendo a discussão sobre discriminação de etnias, violência e exploração. Atuando também em questões individuais de cada participante podendo, a partir daí, ter uma melhor condição de avaliação e diagnóstico, identificação de demandas e necessidades de encaminhamento e buscar ações articuladas junto ao sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente de Ouro Preto.

Nota-se o desenvolvimento dos participantes através do desempenho nas atividades, uma vez que as atividades oferecidas são voltadas para algumas questões específicas identificadas nos participantes, como por exemplo para crianças que possuem Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) os educadores promovem atividades direcionadas à atenção, em atividades que incitem a confiança e empatia. Percebe-se, neste processo, uma mudança no comportamento da criança que entende a importância de confiar e ajudar o próximo. Outro ponto importante, são alguns jovens que relataram que passavam muito tempo nas ruas e a inclusão das atividades em sua rotina fez com que, na maior parte do dia, eles se dedicassem as atividades culturais.

Em relação a parceria no ciclo II e III com os CRAS, vale destacar que possibilitou um envolvimento maior diante das demandas sociais existentes nas localidades atendidas.

Nos ciclos anteriores a OCA fazia a avaliação/acompanhamento inicial durante as atividades, análise comportamental, reunião individual com o responsável legal dos usuários para compreender a realidade familiar e somente após a coleta de todos os dados pertinentes e identificação das demandas fazia os encaminhamentos. Já nesta atual parceria o próprio CRAS repassa as demandas individuais de cada aluno e família, o que permite traçar rapidamente o perfil de cada participante e, a partir daí, atuar de forma assertiva na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

É importante evidenciar a falta de mais profissionais da área para atuar junto à assistente social Atylana na OCA, isso proporcionaria mais debates sobre os casos com embasamento teórico-metodológico e não sobrecarregaria tanto a profissional. Não obstante, seria de suma importância a contratação de profissionais de outros

setores como psicólogos para atuar no acompanhamento dos jovens atendidos, e da área jurídica devido à recorrentes casos de violência doméstica, sexual e psicológica.

Outro ponto que vale destacar é a falta de apoio do poder público e a articulação com os demais setores. Durante a participação da autora deste TCC no projeto através do estágio, foi possível observar a falta de comunicação do município com a instituição, falta de apoio na manutenção do projeto, falta de apoio no acesso a transportes para que a equipe consiga ir aos distritos executarem a atividades. E em especial nos ciclos que houve parceria com os CRA'S onde a intenção era atuar em conjunto para fortalecer a política de assistência, houve também muita dificuldade na liberação de espaço para realização das atividades.

Foi possível identificar que o poder público avalia a importância de determinados projetos pelo número de participantes, o que dificulta o andamento das atividades mesmo que este tenha conhecimento que são casos em que a rede não consegue atender às demandas. A viabilização do acesso às atividades culturais muitas das vezes pode ser considerado como "gastos" para o poder público, principalmente em se tratar de um grupo pequeno de participantes.

Por outro lado, para OCA isso pouco importa, o foco da instituição é conseguir que os objetivos estabelecidos para o projeto tenham eficácia para essas crianças que possuem toda uma complexidade no histórico pessoal. Partindo dessa lógica, é notório o interesse das famílias e alunos em continuar no projeto Clic@ Cidade, diante da avaliação realizada todo final dos ciclos e diante do relato das famílias, é notável o entendimento sobre a importância do projeto na vida dos participantes, identificando a instituição como local de aprendizado e conhecimento além de ser um lugar seguro em que, durante o tempo das atividades, os pais executam suas atividades rotineiras sem maiores preocupações.

O acesso à cultura é um direito da criança e adolescente, e os projetos disponibilizados pela OCA apesar de estarem inseridos no sistema capitalista, buscam desenvolver a emancipação dos sujeitos através da arte, educação e desenvolvimento do senso crítico capaz de entender a relações sociais ao seu redor e ver assim possíveis caminhos e mudanças que fujam à sua vivência de vulnerabilidade e violência.

Com esse estudo, foi possível constatar que as ONG'S passam por várias adversidades que envolvem a criança e o adolescente: a fome, violência, analfabetismo, trabalho infantil, o abandono, entre outras. Esses problemas, muitas vezes, não são considerados como expressões da questão social e sim como obstáculos que prejudicam a funcionalidade do sistema societário, ou seja, apontam essas sequelas da questão social como algo natural e/ou pertencente ao sujeito, sem levar em conta a contradição fundamental do modo capitalista de produção, que é a relação capital/trabalho.

A partir disso, fica evidente que o terceiro setor é interessante apenas de forma estratégica para o capital, tornando-se funcional à dinâmica de reestruturação do capital diante da crise, visto que, contribui para a responsabilização do indivíduo em assumir, como fossem suas, as inúmeras sequelas da desigualdade social produzidas pelo sistema capitalista, além de mistificar a relação capital/trabalho e de eximir o Estado da função de atuar acerca da questão social.

O desenvolvimento do estudo permitiu identificar a importância de instituições como a OCA que viabiliza o acesso de indivíduos em situação de vulnerabilidade social às atividades culturais/educacionais, permitindo que esses alunos tenham uma dimensão maior sobre a sua importância perante a sociedade, criando vínculos e gerando um sentimento de confiabilidade o que permite conhecer as crianças e adolescentes como elas verdadeiramente são. Isso possibilita o desenvolvimento de ações para trabalhar com as marcas deixadas pela situação de exclusão social em suas vidas.

Posto isso, é importante salientar que as soluções indicadas pela sociedade como aparentemente simples, não o são. Evidenciar o que significa trabalhar com este segmento da população, formular metodologias de trabalho adequadas, e assegurar a mobilização política por recursos que viabilizem o desenvolvimento das mesmas, se constituem nos principais desafios hoje colocados na garantia dos direitos para a criança e ao adolescente.

A OCA, a partir desta perspectiva não consegue atender todas as questões e realiza suas ações dentro das possibilidades de atuação, buscando aproximação com a rede pois compreende que o que fragiliza o desenvolvimento das práticas é justamente o trabalho isolado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020

ARMANI, D. **Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras**. Cadernos ABONG, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. **A política da seguridade social no Brasil**. In: **Serviço Social/ Direitos Sociais e Competências Profissionais**, - Brasília/ CFESS/ÁBEPSS, 2009, p. 323-338.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de. 1990.

CARVALHO, D. B. B. **Política social e direitos humanos: trajetórias de violação dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes**. Revista SER Social, n. 8, p. 145- 172, 2013.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília, 2011.

Código de ética do assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10°.ed. rev. e atual. - (Brasília): Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COMINI, G. M. **Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras**. 2016, 166p. Tese (Livre Docência em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COSTA, Ilton Garcia. FREITAS, Paulo Henrique de Souza. **Terceiro Setor, ONGs: Questões Críticas**. São Paulo: Editora Verbatim, 2012.

FERNANDES, R. C. Et ali; **Terceiro Setor; Desenvolvimento social Sustentado**. São Paulo, GIFE/Paz e Terra, 1997.

Figura 1: **Organograma OCA**. Disponível em:

<<https://drive.google.com/drive/search?q=OCA>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. In: Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, V.5, n. 14, p. 238-258, maio/ago. 2013 .

GUIMARÃES, Tacielly Araujo Rodrigues. **Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente: conselho tutelar de Brasília**. 2014. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social Pela Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2014.

Lei Federal Aldir Blanc (LAB) nº14.017, de 29 de Junho de 2020. Acesso em 15/01/2023. < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm>.

Lei Federal nº13.019, de 31 de julho de 2014. Acesso em: 20/02/2023 < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>.

LUKÁCS, Gyorgy. **O jovem Marx e outros escritos da filosofia**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. SP: Abril Cultural, 1982. MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados no nos anos 90**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social/ Maria Luiza Mestriner**. 2 Ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

Mészáros, István, 1930 - **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONJE-REYES, P. **Economia solidária, cooperativismo y descentralización: la gestión social posta em práctica**. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 704-723, 2011.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. – 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003

_____, . **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo, Braz, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica.** - 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

OCA – Organização Cultural Ambiental <
https://www.youtube.com/watch?v=e0RXJxtyuVw&ab_channel=OCA-Organiza%C3%A7%C3%A3oCulturalAmbiental>. Acesso em 20/12/2022.

OCA – Organização Cultural Ambiental <
https://www.youtube.com/watch?v=bc275U1JHV4&ab_channel=OCA-Organiza%C3%A7%C3%A3oCulturalAmbiental>. Acesso em 20/12/2022

PAES. José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários.** Brasília: Editora Brasília Jurídica Ltda., 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social do Segundo Pós-guerra: Ascensão e Declínio.** Revista Serviço Social e Saúde. Unicamp. V. IX, n.10, Dez. 2010.

PERONI, V. et all. **Terceiro Setor, Terceira Via e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil.** Revista Educação: teoria e prática. 2009, p. 17-35

PRATES, Delaine Oliveira Souto. **A violência sexual intrafamiliar e seus reflexos no processo de desenvolvimento da personalidade criança e do adolescente.** - UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba, MS, de Especialização em Direitos Humanos na Área de Concentração: Direitos Humanos e Sociedade. Paranaíba.2011

SANTIAGO, Mayane Alves Silva. **O sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes e as dificuldades enfrentadas pelo conselho tutelar.** Disponível em: = 12>. Acesso em 5 nov. 2022.

SARAIVA, João Batista. **Adolescente em conflito com a lei da indiferença à proteção integral.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. **O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis: cultura política e democracia.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social – PUC, São Paulo, 2004.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. **O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente de Florianópolis: os (des)caminhos entre as expectativas**

políticas e as práticas vigentes. 2003. 164f. Dissertação da Universidade Católica de São Paulo em Serviço Social. Florianópolis, 2003.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. Artigo: **O estatuto da criança e do adolescente e o código de menores: descontinuidades e continuidades.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 83, Ano XXVI, 2005.

TELLES, Vera. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos.** Polis, São Paulo, n. 14, p. 43-53, fev. 1994.

VITULLO, E. G. **A ideologia do “terceiro setor”: ensaios crítico/organizador Gabriel Eduardo Vitullo.** – Natal, RN. Edufrn, 2012.

WOLFE Alan. **Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil. Desenvolvimento, Cooperação internacional e as ONGs.** IBASE-PNUD. Rio, 1992.

YASBECK, M. C. **A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social.** Cadernos do CEAS. Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

_____. **As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 77, p. 11-29, mar., 2004.